

Banco de Tóquio acha difícil acordo da dívida

BELO HORIZONTE — O Presidente do Banco de Tóquio no Brasil, Toshiro Kobayashi, disse ontem que o Governo brasileiro terá dificuldades na liberação dos US\$ 5,8 bilhões para refinanciamento da dívida brasileira até o próximo ano, já acertado com o comitê dos bancos credores. Segundo ele, há relutância principalmente de bancos dos Estados Unidos, em participarem dos consórcios que garantirão estes recursos.

Em Nova York, informa o correspondente do GLOBO, Régis Nes-trovski, o Brasil pagou ontem, conforme estava previsto, mais US\$ 118 milhões relativos a juros de fevereiro deste ano, conforme comunicado divulgado pelo Citibank.

O pagamento foi efetuado com parte das reservas cambiais brasileiras. Os pagamentos anteriores, também relativos à parte dos juros atrasados nos dois primeiros meses do ano, foram feitos em 2 de fevereiro (US\$ 356 milhões) e no dia 3 de março (US\$ 520 milhões). De acordo com o comunicado, o Diretor do Banco Central para assuntos de dívida externa, Antônio de Pádua Seixas, disse que o Brasil efetuará novos desembolsos à medida em avancem as negociações para refinanciamento da dívida.

Em Minas, o Presidente do Banco de Tóquio no Brasil disse que os bancos americanos exigem um plano de saneamento financeiro para o Brasil, aprovado pelo FMI, sem o

qual não participarão do refinanciamento.

Segundo Kobayashi, o acordo de longo prazo só será viabilizado se contar com a participação do Banco Mundial e organismos internacionais, além do Clube de Paris.

— Os recursos privados não são suficientes para o Brasil, que terá de contar também com os órgãos institucionais e com os bancos governamentais — disse Kobayashi.

● **DENÚNCIA** — “O Governo brasileiro não conseguiu sequer uma minuta de acordo com os bancos credores e já está pagando juros expressivos, sem nenhuma garantia de desembolso de empréstimos externos”. A denúncia foi feita ontem pelo economista e ex-assessor do Governo Paulo Nogueira Batista Júnior, durante exposição na Subcomissão da Dívida Externa da Câmara dos Deputados.